

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA


PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SAJ 000978-093/2018

ACORDANTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ/ PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO.
OBJETO: REORDENAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Aos dia 10(dez) de dezembro de 2024, às 10h30, compareceram a esta Promotoria de Justiça, onde presentes se fizeram, de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pela Promotora de Justiça KAROLINE BEZERRA MAIA, doravante designado COMPROMITENTE o MUNICÍPIO DE Brasil Novo, representado neste ato por seu **PREFEITO MUNICIPAL, SR. WEDER MARKES CARNEIRO**, em razão do compromisso assumido durante audiência pública supracitado, "ex vi" do art. 5º, par. 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, arts. 210, inc. I e 211 da Lei Federal nº 8.069/90.

CONSIDERANDO as disposições constantes do art. 127, *caput*, da Constituição Federal, e do art. 4º, *caput*, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que asseguram à criança e ao adolescente, **com ABSOLUTA PRIORIDADE**, a efetivação, por parte da família, da sociedade e do Estado, dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, parágrafo único, alínea "c", e do art. 87, I, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que assegura à criança e ao adolescente a garantia de **PRIORIDADE ABSOLUTA** na **FORMULAÇÃO** e na **EXECUÇÃO** das **POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS**;

 **CONSIDERANDO** caber ao *Parquet* a defesa da **ORDEM JURÍDICA**, do **REGIME DEMOCRÁTICO** e dos **INTERESSES SOCIAIS e INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS**, estando compreendida em sua função institucional zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias assegurados a crianças e adolescentes, promovendo

as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à sua garantia, podendo tomar compromisso de ajustamento de conduta, o qual terá força de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO que, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constitui-se em ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO e tem como fundamentos, dentre outros, a CIDADANIA e a DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (art. 1º, incisos II e III);

CONSIDERANDO que, constituem OBJETIVOS FUNDAMENTAIS da República Federativa do Brasil, dentre outros, a construção de uma SOCIEDADE LIVRE, JUSTA e SOLIDÁRIA; a ERRADICAÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO e da POBREZA e; a PROMOÇÃO DO BEM DE TODOS (art. 3º, I, III e IV);

CONSIDERANDO que, a POLÍTICA DE ATENDIMENTO da criança e do adolescente rege-se pela diretriz constitucional da DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (art. 204, I c/c art. 227, §7º, da CF), consistente no conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 86, do ECA);

CONSIDERANDO que, para orientar esse novo sistema o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 88, estabeleceu as diretrizes da política de atendimento, destacando-se a MUNICIPALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO; a CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DOS DIREITOS, como ÓRGÃOS DELIBERATIVOS e CONTROLADORES DAS AÇÕES em todos os níveis; a MANUTENÇÃO DE FUNDOS vinculados aos respectivos CONSELHOS DOS DIREITOS da criança e do adolescente; além da MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade;

CONSIDERANDO que, a co-responsabilidade e solidariedade existente entre a Sociedade Civil e o Poder Público, em nível municipal, torna-se concreta somente com a criação e o funcionamento do CONSELHO DOS DIREITOS, do CONSELHO TUTELAR e do FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA;



CONSIDERANDO que, o COMPROMITENTE, atualmente, não dispõe de legislação municipal apta a propiciar o correto funcionamento da POLÍTICA DE ATENDIMENTO em seu âmbito, uma vez que NÃO prestigia os princípios da DEMOCRACIA PARTICIPATIVA em regime de CO-GESTÃO; e DA PRIORIDADE ABSOLUTA na elaboração e execução das ações, serviços e programas públicos e sociais dirigidos a crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), criado na Lei Municipal do COMPROMITENTE, existe apenas no papel, pois não exerce a sua missão constitucional e infraconstitucional de DELIBERAR as políticas de atendimento e CONTROLAR todas as ações voltadas a proteger e promover os direitos de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que, a omissão desse ÓRGÃO COLEGIADO em formular políticas públicas, bem assim controlar as ações governamentais e não-governamentais, configura atentado gravíssimo contra os DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (art. 5º, do ECA) e enseja a responsabilização civil por ato de improbidade administrativa dos seus agentes políticos (Prefeito, Secretários Municipais e Conselheiros dos Direitos) ora mandatários públicos, além de propiciar o bloqueio de repasse FUNDO a FUNDO (FPM, FMAS, dentre outros), destinado ao COMPROMISSADO pelos demais entes da Federação para o custeio dos serviços e programas previsto no ECA (art. 261, parágrafo único, do ECA);

CONSIDERANDO que, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do artigo 88, inciso II, do ECA e artigos 204, inciso II e 227, §7º, ambos da Constituição Federal, como já dito acima, é o **legítimo e competente** ÓRGÃO DELIBERATIVO e CONTROLADOR DE AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, notadamente aquelas ações ligadas direta ou indiretamente aos direitos e interesses de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que, as deliberações do CMDCA sobre a política da criança e do adolescente no Município, publicadas em formato de Resolução Administrativa, vinculam as ações de Governo e da Sociedade Civil, não cabendo campo de discricionariedade para o Chefe do Poder Executivo e para as entidades não-

governamentais;

CONSIDERANDO que, eventual inoperância ou inatividade propositada ou não, do chefe do Poder Executivo, em cumprir e executar a política deliberada pelo CMDCA, acarretará grave risco social aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, passível de medida de proteção coletiva cominatória (art. 98, I; art. 101, *caput*; art. 213, ECA)

CONSIDERANDO que, o chefe do Poder Executivo Municipal é AGENTE POLÍTICO MANDATÁRIO, em cargo eletivo, e por isso deve pautar-se pelos princípios explícitos e implícitos que regem a Administração Pública, mais precisamente os princípios da LEGALIDADE, MORALIDADE ADMINISTRATIVA, EFICIÊNCIA, PUBLICIDADE e IMPARCIALIDADE, e a não obediência a eles enseja o reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, da Lei 8.429/92, cujas sanções importam na perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos, sem prejuízo do ressarcimento integral do dano, se houver (art. 12, inciso III, da Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO que, tais regras de responsabilidade do agente público recaem também aos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, ora AGENTES POLÍTICOS MANDATÁRIOS, em caso de eventual inoperância ou inatividade propositada ou não, uma vez que são mandatários de função pública relevante (art. 89, do ECA), vinculados aos princípios explícitos e implícitos que regem a Administração Pública, mais precisamente os princípios da legalidade, moralidade administrativa, eficiência, publicidade e imparcialidade, e a não obediência a eles enseja o reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, da Lei 8.429/92, cujas sanções importam na perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos, sem prejuízo do ressarcimento integral do dano, se houver (art. 12, inciso III, da Lei 8.429/92);

Karylline Maia

CONSIDERANDO que, é fato público e notório que o CONSELHO TUTELAR existente no Município, ora COMPROMITENTE, encontra-se totalmente desestruturado e não apto a desenvolver com eficiência as suas atribuições específicas, previstas nos artigos 95, 131 e 136 do ECA;

CONSIDERANDO que, Conselhos Tutelares constituem um dos instrumentos mais importantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, como órgãos públicos encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal do COMPROMITENTE deverá dispor sobre local, dia e horário de funcionamento do CONSELHO TUTELAR, além de constar da Lei Orçamentária previsão de recursos necessários ao funcionamento do referido órgão, de modo a assegurar, razoavelmente, a execução das suas atividades típicas previstas no ECA;

CONSIDERANDO que, a Resolução n.º 75, do CONANDA, exige, em linha de razoabilidade, que o CONSELHO TUTELAR possua sede específica e exclusiva (imóvel próprio ou locado), com salas para atendimento reservado e individual, sala de reunião do colegiado, recepção, banheiros, sala de secretaria e de arquivo, além de equipe técnica multidisciplinar, veículo exclusivo, telefones, fax, computadores, impressoras e demais matérias de escritório, para o desempenho das atividades típicas dos Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal do COMPROMITENTE deve garantir os DIREITOS SOCIAIS para os membros do CONSELHO TUTELAR, em decorrência da simetria da função pública exercida pelos Conselheiros Tutelares com os demais agentes públicos municipais, bem assim assegurar remuneração digna e estimulante para os membros da Sociedade Civil postularem os referidos cargos eletivos, e com isso preservar a PERMANÊNCIA do órgão de proteção, prevista no artigo 131, do ECA;

CONSIDERANDO que, o NÃO-OFERECIMENTO ou OFERTA IRREGULAR de espaço físico, equipamentos, material de consumo, transporte, equipe técnica, remuneração e apoio administrativo adequados e suficientes para o satisfatório funcionamento do Conselho Tutelar caracteriza OMISSÃO GRAVE do COMPROMITENTE,



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRASIL NOVO

privando a comunidade infanto-juvenil e seus familiares de um atendimento de qualidade por parte do órgão municipal encarregado de zelar pelos seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que, além de todas as mazelas identificadas na estrutura do Conselho dos Direitos e do Conselho Tutelar do COMPROMITENTE, ele não tem fomentado, minimamente, com recursos próprios, o Fundo da Infância e da Adolescência – FIA, para implementação de políticas sociais em seu território, tampouco buscado atender os direitos fundamentais inerentes à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO que, todos os direitos fundamentais afetos a crianças e adolescentes, a serem garantidos pelo COMPROMITENTE, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são de APLICABILIDADE PLENA E IMEDIATA, e o campo da discricionariedade é regrado pela DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL e do PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA; os signatários firmam o presente compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante combinações, com força de título executivo extrajudicial, nos seguintes termos:

TÍTULO I DO REORDENAMENTO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Cláusula 1 - Com a finalidade de aperfeiçoar e reordenar toda a política municipal de atendimento da criança e do adolescente, o COMPROMITENTE, **no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, a contar do dia 07/01/2025: implementar a Comissão Municipal, para o projeto de Lei Municipal da Primeira Infância contendo:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 2 – a garantia do atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, através de **políticas sociais básicas**, tais como, educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; **políticas e programas de assistência social**, em caráter supletivo, para aqueles que delas necessitem; **serviços e políticas de proteção especial** voltados para crianças, adolescentes e seus pais ou responsáveis em situação de risco pessoal,

familiar ou social; **política socioeducativa**, destinada à prevenção e ao atendimento em meio aberto de adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.

Cláusula 3 – a proibição de criação e implementação de políticas compensatórias, sem prévia anuência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cláusula 4 – a inserção do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; do **Conselho Tutelar**; das **Secretarias e Departamentos** municipais encarregados da execução das políticas públicas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes e suas respectivas famílias; das **entidades governamentais inscritas e não-governamentais registradas** no CMDCA, como órgãos municipais de política dos direitos da criança e do adolescente.

Cláusula 5 – a implementação do **Orçamento Criança e Adolescente (OCA)**, de modo a prevalecer no ciclo orçamentário municipal (PPA, LDO e LOA), a **prioridade absoluta**, visando a proteção integral em obediência ao artigo 4º, *caput*, e alíneas “c” e “d”, da Lei Federal n.º 8069/90, e ao artigo 227, *caput*, da Constituição Federal, além de estabelecer o **Fundo da Infância e da Adolescência** como seu **acessório**, com o respeito às deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cláusula 6 – Acompanhar e auxiliar o CMDCA para captação de recursos, tais como inscrições e submissões a processos soletivos visando obter recursos que deverão ser utilizados restritivamente a projetos ligados à Crianças e adolescentes.

Cláusula 6 – a garantia de programas e serviços de orientação e apoio sócio-familiar; apoio sócioeducativo em meio aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida; prestação de serviços à comunidade; prevenção e tratamento especializado de crianças e adolescentes usuários de drogas; prevenção à evasão e reinserção escolar.

Cláusula 7 – a garantia de serviços especiais que visam a prevenção e o atendimento médico e psicológico às vítimas de negligenciam maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; a identificação e a localização de pais, crianças

e adolescentes desaparecidos; proteção jurídico-social; oferta de proposta pedagógicas diferenciadas, articuladas com atividades culturais, recreativas esportivas, que permitam a prevenção à evasão escolar e inclusão no Sistema de Ensino, a qualquer momento ao longo do ano letivo, de crianças e adolescentes fora da escola.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

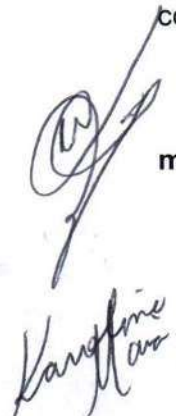
*Cláusula 8 – as regras e os princípios gerais para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente exercer a sua função **deliberativa e controladora de ações governamentais e não-governamentais**, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90 e do artigo 204, inciso II c/c artigo 227, §7º, da Constituição Federal.*

*Cláusula 9 – a **estrutura adequada para funcionamento** do órgão deliberativo, com espaço físico para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias, além de recursos humanos, estrutura técnica e institucional, mais precisamente, com uma **Secretaria Executiva**, preenchida por **um servidor municipal efetivo, com nível superior**.*

*Cláusula 10 – a **garantia da publicização de todos os atos administrativos colegiados**, visando garantir o controle social sobre o funcionamento do Conselho dos Direitos.*

*Cláusula 11 – a **composição paritária** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo a assegurar, na parte governamental, todas as Secretarias e Departamentos municipais que executam, direta e indiretamente, a política de atendimento da criança e do adolescente, garantindo os próprios Secretários Municipais ou Chefes de Departamento como membros-natos desse referido órgão político colegiado.*

*Cláusula 12 – as **hipóteses de impedimento e cassação do mandato** de Conselheiro dos Direitos.*



Cláusula 13 – as **competências** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cláusula 14 – o **processo de escolha** e os **requisitos** para ser **Conselheiro dos Direitos não-governamentais**.

CAPÍTULO III DO CONSELHO TUTELAR

Cláusula 15 – a garantia de um Conselho Tutelar, composto por **cinco membros**, para o exercício de um **mandato popular de quatro anos**.

Cláusula 16 – a segurança de uma **estrutura adequada de funcionamento** para o Conselho Tutelar, com a disponibilização de:

Cláusula 16.1 – **um imóvel** (próprio ou locado), **com exclusividade**, dotado de salas para recepção, para reunião dos conselheiros, para atendimento individualizado e reservado, com banheiros, em perfeitas condições de uso, no que concerne à acessibilidade, instalações elétricas, hidráulicas, de segurança e aspectos gerais do prédio;

Cláusula 16.2 – **equipe multidisciplinar, com exclusividade**, composta, no mínimo, por dois servidores públicos municipais efetivos, sendo um profissional da área de Serviço Social e um da Psicologia, para desempenhar rotina diária de atendimento e suporte técnico nas medidas de proteção a serem aplicadas, sem prejuízo de disponibilizar, com a mais absoluta prioridade, quando requisitados fundamentadamente, outros profissionais da área da saúde, da educação, da assistência social, com a finalidade de realizarem estudo de caso específicos;

Cláusula 16.3 – **um servidor público municipal efetivo**, designado por ato administrativo formal, **com exclusividade**, apto e capacitado a exercer as funções de auxiliar de serviços gerais, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente;





Cláusula 16.4 – um veículo e um motorista para ficarem à disposição do Conselho Tutelar, **com exclusividade**, quando requisitados, de segunda à sexta-feira, durante o horário normal de expediente, para possibilitar o cumprimento das diligências diárias, devendo nos finais de semana, períodos noturnos e feriados, disponibilizar, com prioridade absoluta, veículo e motorista, em regime de plantão, para atendimento dos casos de urgência e emergência;

Cláusula 16.5 – linha telefônica fixa, aparelho de telefonia celular, e aparelho de fax, para **uso exclusivo** dos Conselheiros Tutelares, autorizado o controle e a fiscalização das ligações locais e interurbanas pelo COMPROMITENTE;

Cláusula 16.6 – no mínimo um computador e uma impressora, jato de tinta ou laser, todos em perfeito estado de uso, com placa de rede e acessibilidade à rede mundial de comunicação digital (*Internet*), via banda larga, para **uso exclusivo** do Conselho Tutelar;

Cláusula 16.7 – uma máquina fotográfica digital, para **uso exclusivo** do Conselho Tutelar, e o **custeio das revelações** que se fizerem necessárias para a instrumentalização do trabalho dos Conselheiros Tutelares e equipe multidisciplinar;

Cláusula 16.8 – uma máquina fotocopiadora de papéis para **uso exclusivo** do Conselho Tutelar;

Cláusula 16.9 – ventiladores, bebedouro ou geladeira, mesas, cadeiras, armários e materiais de escritório, para **uso exclusivo** do Conselho Tutelar;

Cláusula 16.10 – placa, em condições de boa visibilidade para o público em geral, indicando a localização do respectivo Conselho Tutelar e os números dos seus telefones e fax.

Cláusula 17 – as atribuições dos Conselheiros Tutelares, de modo a exercerem suas atividades na busca de assegurar a defesa, a promoção e o controle social dos direitos de crianças e adolescentes;

Cláusula 18 – o **funcionamento** do Conselho Tutelar, em horário das 8:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, perfazendo um total semanal de 40 (quarenta) horas de expediente normal, a serem cumpridas por todos os conselheiros tutelares, e fora do expediente normal, em regime de plantão, nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, conforme previsão do Regimento Interno.

Cláusula 19 – a **manutenção do princípio da maioria na colegialidade**, como forma de decidir e aplicar as medidas de proteção.

Cláusula 20 – os **requisitos para se candidatar** ao cargo de Conselheiro Tutelar.

Cláusula 21 – o **processo popular de escolha** dos Conselheiros Tutelares, por meio de **escrutínio secreto e facultativo**.

Cláusula 23 – as **hipóteses de convocação do conselheiro tutelar suplente**, devidamente remunerado, e as **situações que ensejam a perda do cargo**.

CAPÍTULO III DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (FIA)

Cláusula 24 – as **disposições gerais** para **gerir, fomentar e controlar** o Fundo da Infância e da Adolescência, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive com a **consignação anual, de no mínimo 1%, de recursos públicos** provenientes da **receita própria** do COMPROMITENTE.

Cláusula 25 – as **destinações dos recursos** do FIA, com obediência irrestrita às deliberações do CMDCA.

Cláusula 26 – Impelementar até ao segundo quadrimestre a resolução da Família Acolhedora com as devidas providências, como escolha e treinamento das famílias.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Cláusula 26 – a **autorização** para o COMPROMITENTE **abrir crédito adicional ou suplementar** visando assegurar a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e o FIA, com anulação parcial de dotação do orçamento vigente.

Cláusula 27 – a **revogação integral das leis anteriores** que dispõem sobre a política municipal de atendimento da criança e do adolescente, notadamente sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo da Infância e da Adolescência.

TÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSADO, DAS SANÇÕES INDIVIDUAIS E SOLIDÁRIAS, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DO TAC, E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO DO TAC

Cláusula 29 – O COMPROMITENTE fica responsável por manter o MINISTÉRIO PÚBLICO informado sobre o cumprimento das cláusulas deste termo de ajustamento de conduta.

Cláusula 30 – Caso não sejam cumpridas as obrigações nos prazos acima estipulados, ao COMPROMITENTE e ao seu representante legal, sem prejuízo da responsabilidade por ato de improbidade administrativa deste último, será aplicada, sob a modalidade de responsabilidade solidária, multa cominatória diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), corrigida monetariamente, até o efetivo cumprimento das obrigações acordadas no presente termo.

Cláusula 31 – A multa acima estipulada incidirá em caso de total ou parcial inadimplência de qualquer das cláusulas fixadas, independente de prévia interposição judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMITENTE constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados, ressalvados eventuais atrasos ou causas de descumprimento imputáveis a terceiros.

Cláusula 32 – No caso de eventuais atrasos ou causas de descumprimento imputáveis a terceiros, não obstante a liberação da multa diária acima

Karyne Maria



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRASIL NOVO

mencionada, o COMPROMITENTE ficará sujeito às demandas cíveis mandamentais, propostas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, suscetível inclusive de bloqueio de repasse de verbas federais e estaduais - Fundo a Fundo, até a devida estruturação do Sistema Político Municipal de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, a se iniciar pela criação e efetivo funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 261, parágrafo único, do ECA).


Cláusula 33 – Os signatários reservam-se o direito de revisão consensual das cláusulas constantes do presente termo, a qualquer tempo e desde que haja justo motivo.

Cláusula 34 – O COMPROMITENTE, no prazo de 7 dias, após o vencimento dos respectivos prazos, encaminhará ao MINISTÉRIO PÚBLICO informações e documentos comprobatórios do cumprimento de cada uma das obrigações assumidas, sob pena de serem consideradas formalmente inadimplidas.


Brasil Novo, 10 de dezembro de 2024.



WEDER MARKES CARNEIRO
Prefeito Municipal



RICARDO BELIQUE
Assessor Jurídico do Município



KAROLINE BEZERRA MAIA
Promotora de Justiça
Titular de Brasil Novo